

ESTADO DE SÃO PAULO

As duas faces da crise

Preocupado com assuntos sérios, o presidente eleito Fernando Collor de Mello deve atentar para os fatos que vão marcando o dia-a-dia neste melancólico fim de governo. Com certeza, poder-se-á dizer que tão importante quanto saber como se fará para aprovar as providências destinadas a reverter a escalada inflacionária e pôr ordem no Estado é conhecer as reações dos poupadores às providências que serão adotadas já no próximo dia 15.

Na verdade, muito do êxito do governo Collor vai depender das expectativas que os poupadores — médios ou grandes — desenvolverem, tendo como ponto de referência o mês de fevereiro. Essa referência pode ser negativa ou positiva. Se for positiva, isto é, se os grandes e médios investidores tiverem tomado fevereiro como o último mês em que se poderia sonhar recuperar o poder aquisitivo da moeda mediante determinadas aplicações, será possível à administração Collor de Mello realizar seu programa. Se for negativa, isto é, se aqueles que têm algum dinheiro para poupar se deixaram seduzir pela cobiça, preocupados apenas em acumular mais e mais dinheiro, independentemente de seu valor, então a tarefa do futuro presidente será hercúlea, e poderá dar-se o drama de seus esforços verem-se baldados.

Mais acima falamos dos grandes e médios investidores; é preciso corrigir a tempo a afirmação e levar em consideração os pequenos, que formam a massa crítica que alimenta as expectativas do mercado. Os grandes e muitos dos médios têm a possibilidade de diversificar suas aplicações conforme sua intuição ou os conselhos privilegiados de que dispõem; os pequenos, no entanto, dão o tom. É por isso

que na última semana as aplicações nas cadernetas de poupança chegaram ao volume que se registrou — dinheiro que não foi para os mercados alternativos como o do dólar ou o do ouro. Ora, é essa massa anônima de poupadores — que durante anos se iludiram, imaginando que a correção monetária de seus ativos era uma “renda” — que irá fazer ou não pressão sobre o governo Collor para que possam continuar a ver todos os meses seus depósitos na poupança crescer um pouco acima da inflação (os módicos 0,5% de juro ao mês), embora os meios de comunicação e os experts do mercado financeiro alardeiem um “rendimento” muito maior.

A grave questão, que deveria estar preocupando os assessores do presidente e o próprio sr. Collor de Mello, é esta: estará a grande massa de investidores — sem cujos capitais não será possível reativar o desenvolvimento econômico — preparada psicologicamente, depois de tantos anos de “ciranda financeira”, para aceitar uma redução sensível da inflação? Serão esses milhares de brasileiros sem face, anônimos ainda ontem nas filas dos bancos (que buscavam aproveitar-se do último dia em que seria possível aplicar para obter os rendimentos monetários de fevereiro, ditos ser maiores do que os de março), capazes de entender que uma inflação de 10% ao mês é segurança maior para eles do que uma de 70%? Mais importante ainda, estarão esses indivíduos e muitas instituições do mercado preparados para conviver com níveis de inflação realmente econômicos e civilizados?

O espetáculo de ontem, somado ao da última sexta-feira, é sintomático do clima fantástico em que o Brasil vive, cada

cidadão que pode dispor de alguns milhares de cruzados novos procurando preservá-los da desvalorização, por um lado, mas buscando “ganhar” mais de 70% ao mês, por outro. O clima que se instaurou no País com a vertiginosa inflação de janeiro e fevereiro reveste-se desses dois aspectos: resulta da ação dos que desejam preservar o valor de seu dinheiro a qualquer custo, e também das expectativas (irracionais, sem dúvida) daqueles que almejam ver suas economias multiplicadas por 1, 7..., como se houvesse economia saudável no mundo que suportasse essa mágica feita sobre valores reais.

O problema, para o presidente Collor, é descobrir quantos milhões de brasileiros querem multiplicar suas economias por 1,7... e quantos são os que apenas estão a procura da preservação do valor de suas economias. Se os investidores que apenas desejam preservar o valor de seu dinheiro forem maioria, não será difícil ao governo vencer a barreira psicológica criada pela mentalidade dos “rendeiros”; se, no entanto, a cobiça tiver conquistado as praças fortes das expectativas dos agentes econômicos, e a maioria deles preferir multiplicar suas reservas por 1, 7..., ou até por 2, 25, então será difícil pôr ordem nas finanças e na economia, e por conseguinte no Estado.

Uma das razões das dificuldades enfrentadas pelo presidente Menem, hoje em dia, é que as expectativas dos agentes econômicos os jogaram todos nos braços de Mamon, o deus fenício da cobiça. Contra a cobiça, a racionalidade econômica pode pouco. Medite nisso o presidente Collor de Mello e instrua seus assessores para que levem esse componente psicológico (e ético) da inflação na devida conta.